



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL

**ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL**

Secretário Adjunto João Miguel justifica ausência do Secretário Angelo. Apresentação do novo membro representante da UFMG Rodrigo Vivas. Agradecimentos à Prof^a Leda, sugestão de moção. Visita de Loli artesã de Guaranésia ao Consec – ecojóias. Aprovação da Ata. Aprovação de Pauta: Sistema Estadual de Cultura apresentação Felipe Amado. Processo de Regulamentação 03 etapas: Sistema de Fomento, Lei Cultura viva, Lei do Sistema. Discussão sobre o Programa Música Minas – Apresentação Marco Túlio. Resultado audiência Lei do ICMS. Lei do Circo apresentação Fernando Pimenta. Programa + Artesanato Pedro Leão. Plano Estadual de Cultura Ações do 1º ano. Encaminhamentos de requerimento das Câmaras Temáticas, Regimento Interno do Consec – Protagonismo da Sociedade Civil – Protagonismo do Vice-presidente do Consec – na falta do Presidente deve assumir a condução da reunião. Maior protagonismo da Sociedade civil autonomia para solicitar reuniões. Consolidar no Regimento. Votar na próxima reunião. Reuniões em variados equipamentos culturais da SEC – visitas guiadas; Inversão de pauta: Informes. Cacilda – Convite Lançamento de Livros – Cento Cultural de Guaranésia Pedaco de Minas que fala UAI e Bens Culturais de Guaranésia; Sula – alvará de funcionamento antecipado exigido pela Cemig antes da montagem dos circos – Diálogo para esclarecimento do que é via pública. Solicita ofício da Cemig para os municípios instruindo os agentes. Secretário Angelo está em conversa com a Cemig esclarecendo a política voltada ao circo pela SEC e a importante contribuição da Cemig. Magdalena Rodrigues – ADPF 293. Decreto para fazer a captação da Lei de Incentivo, Plano Estadual de Cultura- concretização e efetividade das ações por todos os envolvidos das áreas artística e cultural. Rodrigo Cezário – Convênio OSCIP e FCS – proposta de debate na Câmara de Fomento, Estado Sustentável. Lançamento do Selo Institucional BH capital da moda conquista do setor. Novo presidente da Fiemg pode contribuir com a Frente Mineira da Moda. Regina Amaral – Convênio da APPA com a FCS – proposta de debate na Câmara de Fomento. Jeferson- chama atenção sobre a divulgação da Pampulha como Patrimônio da Humanidade e o descaso do poder público. Relata que a Grécia está se reerguendo por meio da cultura. Eduardo-Seplag – realidade do Estado. Receita teve avanço significativo. O Estado está cumprindo a meta.

As despesas são constitucionais e não podem ser cortadas. Fontes tributárias concentradas na União. Cultura teve muitos avanços 0,30% para o financiamento. Jotaerre – questão de ordem – limitar as falas para 2'. Sula – Acordo Brasil/Grécia/ 2003 solicita resgate do acordo à embaixada. Apresentação da equipe da Rede Minas – Boas Vindas ao Conselho; Programa Música Minas – Marco Túlio – Ênio da Câmara de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso e Câmara de Fomento e Mecanismo de Participação, representação da música. O Fórum da Música reivindica maior participação da sociedade civil. Ouvir para fazer a ponte com o segmento. Apresentação do vídeo com os músicos que participaram do programa. Avanço: Presença do movimento hip-hop, avaliação do programa está sendo realizada. Residências Artísticas. Países visitados pelos músicos contemplados. Participação da sociedade civil na comissão de seleção. Esclarecimento do Secretário Adjunto sobre a vinculação dos programas ao PPAG. Já há previsão do Programa para o ano de 2019. Secretário Angelo Oswaldo dá as boas-vindas ao Consec. Agradece aos organizadores da Reunião e traz informações sobre a Semana de Museus e os Museus de Minas. Convida a todos para a inauguração do Museu Casa de Alphonsus de Guimaraens em Mariana. Secretário Angelo faz um balanço dos avanços da gestão, ressalta as principais mudanças na Lei de Fomento e Incentivo – A desconcentração, descentralização, democratização do acesso e o fortalecimento do FEC. O primeiro edital previsto contemplará o segmento da dança. A criação da Câmara de Audiovisual, a reabilitação do Cena Minas. A participação social por meio dos conselhos e representações dos segmentos. Valorização da cultura como qualidade de vida e desenvolvimento social. Manutenção da orquestra filarmônica, das demais orquestras e bandas. Apresentação do Superintendente de Fomento Felipe Amado sobre a revisão da Legislação de Fomento e Incentivo à Cultura, processo de participação, reflexão e discussão. Esclarecimentos sobre o processo. A Lei 22.944/2017 trata do Sistema Estadual de Cultura e será regulamentada em três decretos. O primeiro é do Sistema de Financiamento, o segundo do Sistema Estadual como um todo incluindo o Plano Estadual de Cultura. O terceiro é o da Lei Cultura Viva. Mudanças: Comissão única para deliberar sobre os processos de análise e também a possibilidade de remuneração. Fundo fica com 35% da renúncia fiscal. Fundo atenderá áreas e regiões específicas. Lei de incentivo, mudança nas contrapartidas o interior terá a menor contrapartida. Contrapartida pelo porte das empresas e perfis dos projetos. Fluxo contínuo para inscrição de projetos. Prazo para captação de 24 meses e projetos de manutenção de 36 meses. Adaptação da plataforma para inscrições de pessoa física. Preparação para treinamentos de todos os envolvidos. Participação de Fernando Pimenta do IEPHA. Diretor de Promoção do Iepha – Lei do ICMS solidário volume no site da Almg para conhecer análise da Lei – CAP. 08. Lei 18030 – 2015 proposta de modificação da Lei incluindo municípios que não eram cadastrados mas que tem bens protegidos em esferas federal ou estadual. Proposta foi encaminhada à ALMG. PL 4773/2017: em março de 2018 audiência decidiu manter o 01% de 25% ICMS do patrimônio. Quem decide o que é patrimônio é a sociedade civil organizada. Nova deliberação normativa a partir de 2016. 723 conselhos. 731 municípios participam do programa. Base de Patrimônio cultura. Rodadas de patrimônio. Principais demandas: sistema online,

estruturação dos setores municipais e diminuição da burocracia. Lei da promoção da família circense pontuando o ICMS: município que tem uma legislação voltada à família circense. Grupo de cultura tradicional. Circos itinerantes. Acesso aos serviços públicos. Ponto de contato: icms@iepha.mg.gov.br Registrar a importância das contribuições da Sula como representante do circo. Sula pede ajuda na divulgação e pede resgate a campanha da Lei Estadual do Circo. Gildásio da Fucam e da Sedese agradece ao IEPHA o tombamento da instituição Escola de Aprendiz de Marinheiros antigo prédio da Fucam. Área de 7.000m. Folder eletrônico com orientação para os municípios sobre a criação da Lei do Circo. Luiza presidente da Rede Minas acolhe os conselheiros e apresenta algumas mudanças na programação que contemplam a participação da sociedade civil. Secretário de Desenvolvimento Integrado Pedro Leão apresenta o Programa + Artesanato (500.000 artesãos em Minas segundo o SEBRAE), o Plano Mineiro de Artesanato, histórico do PAB – Programa do Artesanato Brasileiro, cadeia produtiva, GT do Artesanato, reuniões públicas nos territórios, carteira do artesão, mutirões, 6.000 carteiras, Sala Mineira do Artesão: Ouro Preto, São João Del Rei e Araçuaí, as parcerias com Sebrae, Jucemg, Emater e outros. 5 GTs: Legislação, Salvaguarda, Legislação e Políticas, Desenvolvimento e Comercialização; Edital da Codemig, Programa com os mestres parceria com as Universidades, depoimento de artesã de Guaranésia convidada a participar da reunião. Chama atenção para a inclusão da região da Mogiana, o reuso do material, artesanaria reversa. Inclusão da cadeira de Artesanato no Consec. Medalha da Inconfidência contemplou 05 artesãos. Portal do Artesanato Mineiro, Plano Mineiro, Qualificação, mapeamento, ações pontuais, preconceito. Núcleos prisionais. Mapeamento dos mestres, registro áudio visual, critérios para o reconhecimento e certificação, Lei do Patrimônio Vivo, FEC – Pessoa Física, Lei Cultura Viva. Audiência pública sobre o Plano Mineiro. O conselheiro Jotaerre chama atenção para as iniciativas da OSC Vale Mais no campo do artesanato e propõe a construção do Plano Setorial do Artesanato Mineiro. Rodrigo Cezário chama atenção para valorização do artesão no campo do Design e da Moda. Xisto ressalta a importância dos Planos Setoriais em todas as áreas. João Miguel chama atenção para os Planos que já estão em andamento: PL do Plano Setorial do Livro, Leitura Literatura e Bibliotecas, PL do Audiovisual. Participação do Conselho na construção dos Editais. Definição do cronograma de reuniões: 01 e 02 de agosto (escolha da comissão eleitoral), 05 e 06 de dezembro. Eleições do dia 26 ao dia 30 de novembro. Proposta de pauta para a próxima 25ª reunião: Regimento Interno, apresentação das propostas, Cronograma das Eleições, Regulamentação e Monitoramento do Plano Estadual de Cultura. Definição das coordenações das Câmaras Temáticas. A Vice-presidente do Conselho Magdalena Rodrigues solicita a aprovação de todos os presentes para encaminhamento de Moção de repúdio à ADPF 293 que questiona a Lei 6533/78 que regulamentou há 40 anos o exercício profissional de artistas e técnicos. A ADPF acusa o mecanismo legal de cercear a liberdade de expressão quando pede diploma de curso superior ou técnico ou atestado de capacitação para registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício das profissões de artista e técnico em espetáculos de diversões e se acatada poderá extinguir o Registro Profissional destas categorias e desregular a profissão. A moção foi aprovada por todos. No dia 24 de maio, os representantes das Câmaras Técnicas reuniram-se para

responder aos requerimentos apresentados e as propostas estão em Nota Técnica que virá anexada a esta ata juntamente com a lista de presença.